



Anais da Assembléia

N.º 136

CURITIBA, QUINTA FEIRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 206ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (38); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Adalberto Daros, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Fabiano Braga Cortes, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Lúcio Machado, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Nelson Buffara (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª IDSCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 203/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 274/76, mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de LEÓPOLIS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 207ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel,

Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (38); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Roslindo Fruet, Adalberto Daros, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Enéas Faria, Fabiano Braga Cortes, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Lúcio Machado, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Ernesto Dal'Oglío (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer a consignação em Ata, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor HEITOR SUBTIL, ocorrido nesta Capital, no dia 19 p. passado.

Requer que da decisão do Plenário seja comunicada à família do extinto, à rua Professor Augusto Loyola nº 320 — Juvevê — nesta Capital.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor HEITOR SUBTIL, natural do Rio Grande do Sul, fixou residência no Paraná no início da década de 1940, vindo aqui falecer.

Ilustre cidadão, honrado e trabalhador, sempre soube elevar, através do seu trabalho e de suas atitudes, o nome do Estado que o acolheu e lhe serviu de berço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Mais uma vez, esta Casa ouviu abordagens ao tema dos transportes coletivos urbanos de Londrina, pretendendo-se envolver, em críticas imerecidas, a exação com que age, costumeiramente, o Prefeito Municipal daquela comuna, Senhor José Richa. Soma ele à integridade, a sua notável capacidade administrativa.

Atravessando período de véspera de eleições, em que, à falta de melhor argumento, o que é comum em nosso País, as afirmações partidárias, principalmente as que procuram destruir o adversário a qualquer preço, não medem suficientemente o alcance de suas afirmações, não seria de se estranhar que o tema em referência repercutisse nesta augusta Assembléia.

Companheiro há longos anos do Prefeito José Richa, a quem comecei a admirar como líder estudantil e posteriormente como Deputado Federal, e mais ainda como Prefeito Municipal

de Londrina, entendo caber-me, nesta oportunidade, sem pretender se não estabelecer condições a que os Anais da Casa possam, também registrar o que deva ser dito em defesa da posição assumida pelo mesmo, encaminhar o presente requerimento à Mesa e ao Plenário. E o faço, entendendo que os próprios atos do Prefeito José Richa respondem concludentemente aos discursos aqui proferidos pelo ilustre Deputado Dácio Leonel.

Em razão do exposto, requeiro, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da inclusa publicação da assessoria de imprensa da Prefeitura de Londrina, estampada na primeira página da "Folha de Londrina", edição de ontem, sob o título — "Transporte Coletivo: Richa convida Hosken para Presidir a Concorrência".

E que, uma vez aprovado o presente, seja do mesmo levado ao conhecimento ao Senhor José Richa, Prefeito Municipal de Londrina.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei nº 126/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica autorizado o Governador do Estado a constituir uma Comissão composta de 3 (três) membros escolhidos entre funcionários efetivos dos Três Poderes, com encargos especiais de até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, proceder estudos junto ao Instituto Nacional de Previdência Social e órgãos competentes do Ministério da Previdência e Assistência Social, para fixar e determinar o ônus de cada uma das partes, a fim de que se possa firmar convênio estendendo aos funcionários públicos estaduais e reciprocidade da contagem de tempo de serviço prevista pela Lei Federal número 6226 de 14 de julho de 1975.

Art. 2º — Concluídos os estudos, o Poder Executivo poderá firmar convênio para implantação da contagem recíproca de que trata o artigo anterior, o qual entrará em vigor após sua aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através da Lei número 6226, de 14 de julho de 1975, instituiu a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.

O artigo 3º do Projeto de Lei aprovado pela Câmara Federal e Senado, estabelecia o seguinte:

"Art. 3º — A reciprocidade de contagem de tempo de serviço de que trata esta lei estender-se-á aos funcionários públicos civis municipais, estaduais, do Distrito Federal, e segurados do Instituto Nacional de Previdência Social, através de convênio, para fixar e determinar os ônus financeiros e seu respectivo custeio."

Todavia, devido a feição impositiva do referido artigo, Sua Excelência houve por bem vetá-lo, por entender que, dado o seu caráter compulsivo, acarretaria constrangimento insuportável para as administrações estaduais e municipais.

Continuando suas razões do veto aposto, o Senhor Presidente afirmou ser indispensável a autorização legislativa de cada Estado ou Município, lastreada em exame da viabilidade financeira, para fixar a compensação do ônus, quer da parte dessas pessoas jurídicas de direito público, quer da parte do INPS, através de convênio, a fim de que se pudesse estender a reciprocidade da contagem de tempo prevista pela Lei número 6226, de 14 de julho de 1975.

Seguindo a orientação da Presidência da República, estamos apresentando o presente projeto de lei, com a intenção de sanar aquela lacuna deixada na legislação federal.

Cogitar-se de legislação estadual ou municipal estendendo o benefício, como tem sido feito em diversas localidades, seria apenas uma tentativa despretenciosa e igualmente inconstitucional, pois, se a União não pode obrigar os Estados e Municípios a firmar convênios com o INPS, a atitude reversa teria o mesmo vício, sendo completamente demagógica e inviável.

É evidente que de nada adiante ao Estado autorizar que sejam procedidos os estudos previstos neste projeto de lei, se idêntica medida não for tomada pela União, inclusive com autorização para que sejam firmados os necessários convênios.

Para isso, nosso conceituado colega e representante do Oeste do Paraná na Câmara Federal, Deputado PAULO MARQUES, simultaneamente, estará apresentando projeto de lei em termos semelhantes ao presente, a fim de que possamos atingir nossos objetivos em defesa da aposentadoria àqueles que somam 35 anos de serviço público e de atividade privada.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, ilustres Membros da Mesa Diretiva, Srs. Deputados.

Mais uma vez, nesta tarde, estamos aqui com a euforia peculiar do homem do interior, que vê chegar a vez dos homens que trabalham, na realidade, pelo bem-estar de nosso Estado.

Dia 24 próximo, estará novamente o Governador no Interior, na pequenina cidade de Abatiá, incrustada nas barrancas do Rio das Cinzas, cidade onde há vinte e nove anos aquele povo ordeiro e trabalhador não via chegar um Governador do Estado. Então S. Exa., o ilustre Governador Jayme Canet Júnior fará ali uma concentração e uma série de inaugurações, para mostrar para o nosso povo, ao povo das barrancas do Laranjinha e da periferia do Rio das Cinzas, onde haveremos de inaugurar um complexo educacional que vai trazer os benefícios merecidos por aquele povo, onde vamos inaugurar o asfaltamento total da pequenina Abatiá, muitas vezes criticada por Deputados da Oposição que não compreendem, ou não querem compreender, quando existe um Prefeito que aplica honestamente o dinheiro do povo onde deve ser aplicado.

Então, para euforia nossa, queríamos anunciar a recepção que faremos, em Abatiá, ao Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, numa comprovação inédita após vinte e nove anos, quando Abatiá receberá de braços abertos, com todas as cidades circunvizinhas, o ilustre Governador do Interior, Jayme Canet Júnior, o consagrado Governador estradeiro, porque é o Governador das estradas e que há de ser, mercê de Deus, alinhado com os melhores Governadores do Estado, que o nosso querido Paraná teve.

E pedimos a Deus que, em sua infinita bondade e misericórdia dê a seu sucessor esse dinamismo, essa vontade férrea de trabalhar pelo Paraná e pela sua gente, para que a ARENA continue no apogeu da história paranaense e brasileira; para que a ARENA, no ápice da glória saiba defender como está defendendo e que continue defendendo o humilde, o trabalhador e também o empresário e que, num esforço conjugado pensemos que tudo é Brasil, que tudo é progresso dentro desta Pátria querida.

E quando vemos um Governador de Estado deslocar-se para a pequenina cidade de Abatiá, para verificar "in loco" as denúncias maldosas, as denúncias injustas que se fizeram aqui, desta tribuna, por um Deputado da Oposição, que infelizmente não está, neste momento, queríamos convidar as duas bancadas para que mandassem seus representantes para verem lá a obra magnífica do Prefeito Wilson Ferreira Martins, a obra

magnífica do asfalto daquela pequenina cidade do Norte Pioneiro. Porque o Norte do Paraná tem as melhores terras do Brasil e o Brasil tem as melhores terras do mundo.

E é por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que queremos nos orgulhar, neste momento, nesta antevéspera das eleições, quando vemos a vitória sorrir para o nosso Partido.

Então, Sr. Presidente, sabemos que está expirado o nosso prazo de conversa, mas queremos transmitir a nossa euforia e para que o Governador Jayme Canet Junior seja um exemplo de todos os governadores paranaenses e para que a Arena seja um exemplo de todos os Partidos do Brasil e quicá, da América do Sul, porque aqui reina a paz, a tranquilidade e principalmente o progresso.

Neste instante, queria transmitir, se possível fosse, um apelo ao Deputado Benedito Lúcio Machado, que fosse a Abatiá para inaugurarmos aquele ginásio, aquela unidade escolar dentre outras melhorias que vão ser levadas para aquela cidade. E que S. Exa. o Sr. Governador do Estado, e que S. Exa. o meu amigo, ilustre Deputado, também estivesse conosco, para pensarmos com um só pensamento. Em Deus primeiramente, e no povo de nossa terra.

E até a vitória arenista, que será, por mercê de Deus, 95 por cento na nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente; Srs. Deputados.

Confesso que me causou estranheza, a apresentação na sessão de hoje, desta Casa Legislativa à Mesa, de um requerimento assinado pelo ilustre Deputado Muggiati Filho.

Causou-me surpresa, porque S. Exa. ao requerimento, anexou uma nota publicada ontem pela "Folha de Londrina", com divulgação da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Londrina.

E causou-me mais estranheza ainda, que tenha S. Exa. no referido requerimento, dito, que tal ato do Sr. Prefeito Municipal, serviria como resposta aos discursos que fiz desta tribuna. E pede mais, que da decisão desta Casa, se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal de Londrina.

E porque a minha estranheza? A minha estranheza é porque nos meus pronunciamentos anteriores, em momento nenhum eu pedi ao Sr. Prefeito Municipal de Londrina, que simplesmente retardasse a concorrência para a concessão dos transportes coletivos de Londrina e muito menos, porque eu desta tribuna, tenha feito qualquer apelo, no sentido de que o Prefeito londrinense tivesse convocado ou não o brilhante jurista, José Hosken Novaes, para compor a Comissão que deverá julgar a malfadada concorrência para a concessão dos serviços de transportes coletivos de Londrina. Temos nos batido nesta tribuna, no que diz respeito à não realização desta concorrência, para a concessão, temos lutado, para que continue o transporte coletivo de Londrina a ser dentro do sistema de permissão, entregue aos interessados. Esta tem sido a nossa luta.

E nas ocasiões em que viemos a esta tribuna, nós viemos fazer apelos ao Prefeito de Londrina; viemos apelar para que ele não cometa este crime contra Londrina; viemos pedir para que S. Exa. não participe e não realize, esta concorrência para a concessão dos serviços públicos.

Foi este o apelo que fiz e não vi onde, o Deputado Muggiati Filho, acabou entendendo que a atitude do Prefeito, serviu de resposta para mim. Poderia servir muito mais a resposta, para as lideranças políticas do Deputado Antônio Bellinati, do seu Partido, que foram os que mais se movimentaram a res-

peito deste assunto.

Porque talvez S. Exa. não saiba, que quando aqui mencionei e li os apelos através de cartas abertas, assinadas pelos advogados Aldyr Viana e Moisés Godoy, é preciso que se saiba, que Aldyr Viana e Moisés Godoy são homens da campanha do MDB de Londrina e não do meu Partido. Não posso aceitar.

Lamento profundamente a ausência de S. Exa. neste Plenário, porque eu acompanhei o processo até aqui; eu acompanhei todo o seu desenvolvimento. E quando vim à tribuna, não vim como veio S. Exa., na condição de amigo pessoal do Sr. José Richa, vim, na condição de homem de Londrina, homem que tem responsabilidade junto ao povo de Londrina, e que tem que defender uma comunidade e nunca defender amizades pessoais de quem possa, eventualmente, cometer um erro.

Esta foi a razão da minha participação em pronunciamentos anteriores. Foi uma forma de também, através da tribuna desta Assembléia, levar a colaboração para aqueles que em Londrina, defendem e sustentam a mesma tese que nós estamos defendendo.

É uma tese, notem os senhores, não apenas minha, não apenas do meu Partido, a ARENA, mas uma tese que, em Londrina também está sendo encampada por líderes do próprio MDB. Porque todos nós estamos entendendo que o povo não quer, que o povo não deseja, a realização dessa concorrência nos moldes em que foi proposta, através da lei.

É preciso que, aqui pelo menos, se dêem algumas explicações: em 1973, o Sr. Prefeito José Richa, já tentou essa mesma lei, tendo ela sido rejeitada pela Câmara de Vereadores. Entretanto, recentemente, por proposição do Vereador Zildo Bacarin, que pertence ao meu Partido, esse projeto de lei foi submetido à Câmara Municipal de Londrina. Mas, como não havia condições de se derrubar, simplesmente o projeto de lei, nas condições que o mesmo foi proposto, o Vereador Jorge Scaff, através de um substitutivo, ainda tentou salvá-lo.

Mas, na verdade, não logrou vantagens, não obstante melhor tivesse sido a intenção daquele Vereador.

E o Sr. Prefeito depois, apenas e tão somente para justificar o porquê da existência da lei, tem, reiteradamente, dito que essa lei foi feita através da ARENA.

Mentira das mais capciosas porque meu Partido, em Londrina, não detém nem a maioria na Câmara de Vereadores. São dez Vereadores contra 11 do MDB. E como consequência, não poderia nunca uma minoria conseguir fazer, nos moldes em que preconiza o Sr. Prefeito, uma lei nestas condições.

Parte da bancada da ARENA, com a maioria da bancada do MDB, decidiu aprovar a lei. Mas, a verdade é uma só: caberia ao Sr. Prefeito, como homem que está à testa do Executivo, como homem que deveria olhar pelos interesses do município, ter vetado essa lei. Pois, bastaria um terço da sua bancada para conseguir defender o veto, quando o mesmo fosse apreciado na Casa Legislativa. Mas, ele nada fez.

Sorridente, sancionou e nem sequer fez aquilo que se esperava transferir o problema para o futuro Prefeito de Londrina.

De imediato, S. Exa. já marcou a concorrência, apressadamente, para que fosse feita no dia 25 deste mês de outubro, quando então, através de um apelo sério, através de um apelo dos mais educados, do ex-Prefeito, Professor Hosken de Novaes, endereçado ao Sr. José Richa, foi feito um apelo para que não se fizesse essa concorrência, para que se aguardasse, para que se transferisse ao seu sucessor, em função da gravidade do problema.

E o que fez o Sr. Prefeito de Londrina? Apenas e tão somente, fez um pronunciamento dizendo que estava disposto a debater o assunto com o Professor Hosken de Novaes.

Acontece que S. Exa. tem blefado muito, e pensava que, com esse blefe, Hosken simplesmente se calaria. Mas, a resposta

veio de imediato: no dia seguinte, os jornais publicavam a resposta do Sr. Hosken de Novaes, aceitando o desafio, marcando, inclusive, o local que poderia ser a Câmara de Vereadores ou a Associação Comercial. E o Sr. Prefeito que sempre teve, em Londrina, à sua disposição, os órgãos de divulgação, que levasse para esse debate, rádio, jornais e televisão, e que desse a maior divulgação possível para esse fato. E pedia mais Hosken de Novaes: que a situação se definisse depressa, inclusive, propunha, na sexta-feira, que o debate se efetuasse na segunda-feira, dizendo-se um homem muito ocupado, como verdadeiramente ele é. E até hoje Hosken está esperando a resposta do Sr. Prefeito que não teve a coragem — repito desta tribuna — não teve e nunca terá coragem suficiente para enfrentar Hosken de Novaes num debate.

Foi aí que começou a polêmica. Foi aí que surgiu, na mesma "Folha de Londrina" o primeiro artigo que pedimos à transcrição, assinado por quem? Pelo brilhante advogado Aldy Viana, homem que tem participado dos comícios e da campanha do Deputado Antônio Bellinati, à Prefeitura de Londrina.

Aldy Dias Viana também veio dizer ao Sr. Prefeito que deveria deixar de lado, deveria suspender a concorrência, deveria olhar os interesses do seu povo. Mas, não foi atendido.

Veio outro manifesto, de outro advogado, Dr. Moisés Godoy, também companheiro do MDB, também homem do mesmo Partido, apelando de novo ao Sr. José Richa e, mais do que isso, dizendo, como disse inclusive no seu pronunciamento de ontem, que é estranhável que o Prefeito José Richa faça realizar essa concessão, quando se sabe que essa concessão é dirigida em benefício da Viação Urbana Londrinense e como toda cidade sabe, o comitê do Sr. Wilson Moreira, candidato do Sr. José Richa, funciona num prédio exatamente da Viação Urbana Londrinense. Não fui eu que disse, foi um homem do MDB quem falou.

E nesta composição, o que faz o Prefeito? Para tentar encontrar uma saída, para tentar dar uma explicação ao povo do porquê ele está renitente e, ao sentir que o povo exigia uma definição, ao sentir que a cidade não aceitava mais, o que fez S. Exa.?

Convida Hosken de Novaes para presidir a Comissão. Ainda convoca para participar da mesma comissão, os advogados Aldyr Viana e Moisés de Godoy. Convoca para participar da mesma Comissão o Vereador Valdemir Belinati, que é irmão do Deputado Federal Antônio Belinati, e convida ainda os Vereadores da ARENA, Jorge Scaff e Zildo Baccarin.

É preciso que conheçamos o problema. Hoje, a "Folha de Londrina" volta a falar no assunto. Traz numa seção livre, uma nota do Vereador Baccarin nos seguintes termos:

"Zildo Baccarin recusa nomeação do Prefeito José Richa para membro da Comissão de Concorrência dos Transportes Coletivos:

Tomei ciência da decisão do Prefeito José Richa, de nomear a Comissão de Julgamento da concorrência para escolha de concessionária exclusiva dos transportes coletivos de Londrina. Sinto não poder dar a colaboração no episódio. É que o Prefeito quer fazer o que o povo não quer e o que eu também não quero. Nossas teses são diferentes. Eu quero várias concessionárias e o Prefeito só quer uma. Eu sou contra o monopólio, minha luta é anti-monopólio, deve pois o Prefeito, procurar no seu grupo, um que seja partidário do monopólio e de sua política de submissão aos grupos econômicos. Ficarei na Câmara lutando contra o monopólio de transportes coletivos de passageiros. Vou fazer tudo para derrubar a lei do monopólio que o Prefeito quer aplicar. E se Deus quiser, haveremos de derrubá-la.

José Richa já começou a recuar. E o seu recuo há de ser total, o povo vencerá. Assina, Vereador Zildo Baccarin".

Na primeira página da "Folha de Londrina", também em seção livre, li outro artigo assinado pelo advogado Aldy Dias Viana, sobre o qual já me referi.

Diz o ilustre advogado londrinense, e repito, um dos

participantes da campanha à Prefeitura do sr. Antônio Belinati, diz ele:

CARTA ABERTA AO SR. PREFEITO.

Exmo. Sr. Prefeito Dr. José Richa.

Surpreso, tomei conhecimento de sua entrevista publicada na "Folha de Londrina" de hoje, bem como da Portaria 901, designando-me para compor, juntamente com outros ilustres cidadãos londrinenses, a Comissão Especial para proceder ao exame das propostas apresentadas para concessão dos transportes coletivos urbanos de nossa cidade.

Aceito a designação, Senhor Prefeito, muito embora esteja certo que não exercerei tal mister, por desnecessário.

Com efeito, na mesma Portaria 901, datada de ontem, o prazo de abertura das propostas foi dilatado para 25 de novembro, portanto, para após as eleições, já com os resultados apurados, sabendo toda Londrina não só quem será seu Prefeito pelos próximos quatro anos, como também qual a composição da nova Câmara de Vereadores.

Desta forma, atendeu V. Exa. ainda que apenas parcialmente, ao apelo que lhe fiz através da carta aberta por mim publicada neste mesmo jornal em data de 13 deste mês.

Atendimento parcial, repita-se, porque não só eu como a esmagadora maioria da população londrinense, pretendemos não apenas o adiamento da abertura da concorrência, mas que todo o assunto concessão e concorrência, seja deixado a cargo do novo Prefeito e dos novos Vereadores a serem eleitos dentro de poucos dias".

V. Exa. alega que a lei é da ARENA.

É verdade. No entanto, V. Exa. é do MDB e podia ter vetado a referida lei. Não o fez, como disse, para não ser criticado por não tentar resolver o problema.

Ora Dr. José Richa, toda Londrina ainda se recorda — e muito bem — que V. Exa. vetou a primeira lei aprovada pela Câmara de Vereadores, de autoria de um membro da bancada do MDB, que concedia passe escolar aos universitários.

Por que então agora V. Exa. não atende de uma vez e integralmente o clamor público e suspende, não por 30 dias, mas pelo tempo necessário para que os eleitos assumam seus cargos, quando então a nova administração executiva municipal já estará em plena atividade e, juntamente com os novos Vereadores, terão tempo e tranquilidade suficientes para buscarem a fórmula ideal e legal que V. Exa. não quis ou não pode encontrar?

Londrina, 20 de outubro de 1976.

Atenciosamente

(a) Aldyr Dias Viana - Advogado"

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Em nosso entender, nobre Deputado, achamos que V. Exa. deveria fazer a apologia de nosso candidato e não dos homens do MDB.

Segundo sabemos através das declarações dos moços de Londrina, são eles contra o Prefeito José Richa. Não podemos concordar quando V. Exa. vem à tribuna para defender companheiros amigos, mas que pertencem à outra facção.

Pelo que o povo sente, pelo que o Paraná sente e pelo que a imprensa sente, a ARENA já está se sentindo fracassada.

Com todo respeito que temos por aquele povo e pelo Deputado Federal Antônio Belinati, temos a dizer a V. Exa. que estamos numa campanha e que guerra é guerra, porque, caso contrário, estaremos entregando a Prefeitura de Londrina a Antônio Belinati.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço ao Deputado Gabriel Manoel e me permito, para que possa alinhar o meu pensamento, dizer que, com certeza, o nobre Deputado não acompanhou, desde o início, o meu pronunciamento.

O que me referi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi que a partir do momento em que o Sr. Prefeito José Richa decidiu marcar a concorrência, a partir daquele momento, a ARENA movimentou-se através do pronunciamento do Dr. José Hosken de Novaes, ex-Prefeito de Londrina e um dos maiores líderes do nosso Partido. Nessa ocasião foi que começamos a combater.

Se fiz menção a pronunciamentos de homens ligados ao Deputado Antônio Belinati, foi apenas para provar que a nossa preocupação não é aquela que está sendo dita pelo Sr. Prefeito, que a nossa preocupação seja, apenas, política. Tanto é verdade, que, assim que começamos a combater a concorrência, começamos a pedir a não realização da mesma, homens ligados ao Deputado Federal Antônio Belinati vieram fazer idênticos pedidos ao Sr. Prefeito.

Isto significa que vieram se incorporar à nossa tese, que era uma causa do povo, para demonstrar que não estamos fazendo politicagem e nem demagogia e que estávamos defendendo os interesses do povo de Londrina.

O Sr. Gabriel Manoel — Agora V. Exa. está falando a nossa linguagem.

O SR. DÁCIO LEONEL — Quis apenas dizer que o início se deu com o pronunciamento do Sr. José Hosken de Novaes que continue polemizando sobre o assunto. Mas para provar que a nossa posição não é politicalha, não é de demagogia, não é de exploração. Nós também temos ao nosso lado, agora, espontaneamente, homens também do MDB combatendo a mesma atitude do Sr. Prefeito, o que prova e o que me faz, Sr. Deputado Gabriel Manoel, não aceitar os termos do requerimento do eminente Deputado Muggiati Filho, apresentado nesta Casa hoje, como a dizer que o Sr. Prefeito está a me responder.

Absolutamente, ele não está a me responder. Ele só responderá no instante em que atender os reclamos da população de Londrina e sustar em definitivo esta concorrência. Deixar para o futuro Prefeito. E não permitir que continuem a levantar dúvidas a respeito de sua administração.

Era o ponto de vista.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. me concede um aparte? — (Assentimento).

Embora com o devido respeito, da candidatura do Deputado Antônio Belinati, dos seus companheiros de trabalho, dos seus companheiros de agremiação, nós estamos mais ou menos por fora do problema londrinense. Sabemos que está muito bem representado por V. Exa.

Agora, nos causou uma certa estranheza, em termos, sem querer entrar no mérito do problema, onde V. Exa. foi injustamente atacado, assim como Hosken de Novaes, que é um homem que nós conhecemos, de um gabarito, um homem administrador, de um tirocínio invejável ao Paraná.

O que nós queríamos nos reservar, é deixar para os homens do MDB, fazerem apologia dos seus companheiros. E nós vamos fazer apologia dos nossos companheiros. Teria que ter homens da Arena que também viessem defender esta terra.

É só isto, Sr. Deputado, me perdoe a ingerência indebita, é que "guerra é guerra". Não queremos, não concordamos que companheiros talvez por causa justa, venham à tribuna fazer apologia de elementos, embora reconhecidamente paranaenses, londrinenses, paranistas, mas completamente estranhos ao quadro de nosso Partido.

Era esta apenas a ressalva, eu peço desculpas, e eu peço a devida vênia com admiração que tenho pelo brilhantismo de V. Exa. E quando V. Exa. é atacado, eu sei que é injustamente. Agora ficamos ligeiramente transtornados. Porque também deveriam ter homens, companheiros da Arena, que mandassem os reclamos do povo de Londrina. Porque, para que V. Exa não confessasse aqui, em pleno público, que nós vamos perder para o Deputado Belinati as eleições. Porque, pelo que tudo indica, nós vamos esperar que o Deputado Belinati assuma a Prefeitura de Londrina, para depois resolver o problema de Richa.

É só isto, Deputado. Perdoe-me, com a devida vênia, com o devido respeito, e... guerra é guerra.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço a V. Exa.

Só não sei onde V. Exa. tirou a definição a respeito de resultados políticos de Londrina.

Não falei em resultado político, nem em previsão a respeito do futuro das eleições em Londrina. Fiz apenas alusão à campanha que se realizou contra esta concorrência, para que não se tivesse uma conotação de politicalha; que, inclusive, alas, também do MDB, combatem a atitude do Prefeito, e digo isto, para que a Casa, ao tomar conhecimento, e ao votar o expediente do ilustre Deputado Muggiati Filho, entenda. Porque se ele pedisse, simplesmente a transcrição da nota publicada no jornal, eu ainda admito.

Mas, completar o seu requerimento alegando que, o ato do Prefeito era uma resposta a este parlamentar, para que se faça o envio do ofício ao Sr. Prefeito, parece até que, como carta marcada, para que o Prefeito receba e publique na imprensa, é que eu não estou entendendo até onde quis chegar este ilustre Parlamentar.

Era apenas isto, Sr. Presidente.

Quero acreditar, que, pelo menos, tenha dado uma satisfação aos meus nobres pares desta Casa Legislativa.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Dácio Leonel.

Estou vendo a matéria agora, e, parece-me bastante polêmica. Realmente. Eu gostaria de indagar para poder bem julgar o requerimento do Deputado Muggiati Filho.

Existe, na nota, aliás, eu quero louvar o Prefeito Richa, porque ao publicar uma nota da Prefeitura de Londrina, teve o cuidado e o jornal também, de fazê-lo de maneira correta, caracterizando como matéria paga, com o cerco que deveria caracterizar toda a matéria oriunda de "press release".

A decisão de fazer, de sancionar esta lei, dando monopólio a uma só empresa, quando diz isso a nota do Sr. Prefeito, alega que se não o fizesse, se viesse a vetar a lei, ele seria acusado de proteger a atual permissionária dos ônibus. Gostaria de saber se realmente em Londrina existe apenas uma permissionária?

O SR. DÁCIO LEONEL — Existe apenas uma, a Viação Urbana Londrinense.

O Sr. Deni Schwartz — Fiquei supreso porque já é uma e passará a ser uma também.

O SR. DÁCIO LEONEL — Pela nova lei. Atualmente ela é permissionária, tem a concessão por 20 anos e depois de 20 anos, a Prefeitura compra tudo, desde ferro velho. Ela compra tudo até o ponto. É um negócio da China.

O Sr. Deni Schwartz — É importante que se esclareça à Casa, mais o seguinte: diz aqui esta nota que, por iniciativa da Arena foi aberta a concorrência após a aprovação da lei proposta pelos Vereadores Zildo Baccarin e Jorge Scaff. Essa lei é realmente oriunda desses dois Vereadores?

O SR. DÁCIO LEONEL — É do Vereador Zildo Baccarin, com substitutivo do Vereador Jorge Scaff.

O Sr. Deni Schwartz — A acusação que se faz ao Sr. Prefeito é de que ele sancionou uma lei. Até aí está correto. A sanção da lei está correta.

O SR. DÁCIO LEONEL — Nós entendíamos que S^a Exa. o Sr. Prefeito devesse vetar a lei.

O Sr. Deni Schwartz — Mas é uma lei de iniciativa do vosso Partido.

O SR. DÁCIO LEONEL — Não, não foi criada pela Arena.

Houve candidatos da Arena que votaram a favor e outros contra. A bancada do MDB é que deu condições da lei passar. O meu Partido tem minoria na Câmara de Londrina. Jamais poderia, sozinho, fazer passar uma lei. Mas, foi voto dos Vereadores. Os Vereadores Zildo Baccarin propôs, com substitutivo do Vereador Jorge Scaff, e contaram com votos de mais dois Vereadores da bancada da Arena.

O Sr. Deni Schwartz — Mas esse Vereador Jorge Scaff é da Arena?

O SR. DÁCIO LEONEL — Ele fez o substitutivo ao projeto de lei.

São problemas mais afetos ao próprio Vereador, porque houve a proposição do Vereador Zildo Baccarin. Nas condições propostas por ele não serviriam e não havia condições porque a própria bancada do MDB encerraria a questão e aprovava como estava. Então, para tentar salvar um pouco a situação o Vereador tentou apresentar um substitutivo. Mas só que, ao fazê-lo, ele usou uma própria mensagem que fora enviada pelo Prefeito José Richa, em 1973, e que em 1973 já havia sido rejeitada pela Casa. O problema aí não é de partido e sim do Prefeito, em vetar ou sancionar. Ainda que sancionasse, que é o que se defende hoje, o que nós esperávamos é que vetasse, mas, desde que entendesse de não vetar e preferisse sancionar, o que se esperava é que deixasse para a futura administração só porque já está no fim do Governo.

O Sr. Deni Schwartz — Eu estranho, Sr. Deputado, pelo seguinte: pelo que me parece houve concordância de setores da Arena, na aprovação desta lei. Inclusive, a iniciativa, se estou interpretando bem a nota.

Bom, o Sr. Prefeito ficou na seguinte situação: Vetando a lei, poderia vir a ser criticado porque vetou uma lei de iniciativa da Arena; estaria, então, ajudando a atual permissionária. É o que diz a nota.

Se sancionasse, como sancionou, está sendo criticado, também. E, sancionando a concorrência, pode não ser, pode não ser oportuna a abertura dessa concorrência.

O SR. DÁCIO LEONEL — O Sr. Prefeito está blefando, nesta nota.

O Sr. Deni Schwartz — Isto que nós gostaríamos de saber.

O SR. DÁCIO LEONEL — Esta nota é um blefe para tentar tapear a opinião pública. O Sr. Prefeito sabe que teria dois caminhos: ou ele vetaria e continuaria a Viação Urbana Londrinense como permissionária... Continuaria, não, porque como permissionária ela continua até o momento em que convém ao Poder. Mas o prazo da concessão, S. Exa. sabia, nos moldes em que a lei foi proposta, votada e aprovada, ela não daria condições a nenhuma outra participação, porque os termos são pesadíssimos; exige daquela que irá participar da concorrência para a concessão, que tenha capital de dez milhões de cruzeiros, que tenha garagem de quinze mil metros quadrados de área construída, que tenha cem ônibus prontos para, de imediato, prestar serviços. Então, tudo que consta da lei, é exatamente o que a Viação Urbana Londrinense tem.

Nenhuma outra empresa iria se preparar em tão curto espaço de tempo para ter tudo isto — garagem, espaço, pessoal, ônibus e participar de uma concorrência de concessão.

Quer dizer, é mais um blefe para efeito de povo.

O Sr. Deni Schwartz — Desculpe-me o diálogo, Sr. Deputado, mas nos parece que aí, inclusive, caberia o recurso para a Justiça, já que esta concorrência foi assim colocada, e isto nos parece, não uma concorrência, mas uma maneira de legalizar a situação de uma determinada firma.

O SR. DÁCIO LEONEL — Exatamente por isso nós esperávamos o bom senso do Prefeito em vetando a lei ou, em última análise, sancionando-a, que ele teria então, resolvido a sua participação, sancionando-a, estaria jogando o problema para a futura administração porque está em fim de governo.

Não exigiríamos do Sr. Prefeito que vetasse a lei. Entendíamos que devesse vetá-la. Se não o fizesse, então, que transferisse o problema para a futura administração.

Apenas isso, como se tem pedido. São os apelos de meu Partido e são os apelos, inclusive, de uma área muito representativa do próprio MDB em Londrina.

O Sr. Deni Schwartz — Quem sabe esta ala tenha votado favoravelmente à lei. Não?

O SR. DÁCIO LEONEL — Eu não posso dizer, exatamente, o nome dos Vereadores.

O Sr. Deni Schwartz — Era só para esclarecer para podermos tomar uma decisão.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — E a minha preocupação, Sr. Deputado, eu voltei hoje à tribuna, porque nas ocasiões anteriores, eu aqui estive e, as notas taquigráficas o dizem bem, foi mais para registrar os apelos que eram feitos em Londrina, através de lideranças, para que, na Casa, ficasse um registro para que pudéssemos cobrar do Sr. Prefeito. Foi um trabalho que parece que deu resultado, como uma forma de alertamento, e já trouxe algum resultado porque o Sr. Prefeito já, pelo menos, adiou a concorrência para daqui a 30 dias.

E, se hoje voltei para falar, detalhadamente, sobre o problema, foi em função do requerimento do Sr. Deputado Mugiati Filho, porque no seu requerimento, como V. Exa. pode ver, ele faz uma alusão com o nome deste Deputado. Coisa que eu não faria; confesso, sinceramente, que jamais faria, num requerimento, para tentar, pela amizade que eu tenho com quem quer que seja, tentar insinuar, diretamente, contra outro parlamentar, inclusive, quando vim responder a críticas, em Londrina pela Oposição, nem sequer, mencionei o nome do Deputado. Apenas, fiz referência que um Parlamentar da Oposição teceu críticas ao Governo e, depois então, fiz a defesa.

Agora, me parece isto, fiz esta exposição na expectativa de que mereço também, de meus nobres Pares desta Casa Legislativa, também esta consideração, porque entendo que o futuro desse requerimento, pelo menos, dentro dos parâmetros do nosso entendimento aqui, deve ser, única e exclusivamente, a sua rejeição ou em última análise, que se suprima aquilo que se fez, pelo menos, contra este Parlamentar.

Evidentemente, dentro da consideração que eu possa merecer dos nobres Pares desta Casa, porque, para mim, isto aqui é de encomenda, para chegar às mãos do Sr. Prefeito e ser publicado com destaque na FOLHA, que a minha posição e meu esclarecimento aqui ficarão, nesta Casa, porque não terão, dentro do meu município, a mesma ressonância que terão aqui.

Apenas isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa consulta os Srs. Líderes se desejam fazer uso da palavra no horário reservado às duas bancadas.

Tendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 200/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 242/76, mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAÍ DO SUL, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR LEANDRO MANOEL DA COSTA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 201/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 250/76, mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de

Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SENGES, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 202/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 260/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de BARBOSA FERAZ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 107/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 48/75, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório que visa estabelecer por Decreto o percentual das Taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem receitas dos Fundos de Reequipamentos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.S.P., C.P. e da C.F., com **EMENDA SUBSTITUTIVA**, por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA** - **Aprovado, com a emenda substitutiva da C.F.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 84/76, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de BOCAIUVA DO SUL, os bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidrelétrica de Tunas, entregues à responsabilidade daquele Município pela Administração de Recursos Hídricos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.I.T.C., e da C.O.P.T.C., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 204/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 278/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de MEDIANEIRA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 205/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 287/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de PORECATU, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o NÚCLEO SOCIAL do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 20/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 295/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração com o Município de SAPOPEMA, objetivando execução de reparos em prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 207/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 313/76, Mensagem 87/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 207/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30/06/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER — A PROPOSIÇÃO 313/76

A presente Proposição 313/76, oriunda da Mensagem Governamental 87/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do Termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 208/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 328/76, mensagem 90/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA FÉ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a UNIDADE SANITÁRIA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 208/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de maio de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA FÉ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária, do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 326/76

A presente Proposição 328/76, oriunda da mensagem governamental 90/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao Termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de SANTA FÉ, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de

convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 209/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 337/76, mensagem 94/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de UMUARAMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 209/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de re-ratificação datado de 23 de julho de 1976, ao Convênio celebrado em 13 de maio de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de UMUARAMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 337/76

A presente Proposição 337/76, oriunda da Mensagem Governamental, tem por objetivo a aprovação por esta Casa, do Termo de re-ratificação ao Convênio celebrado em 13/05/76, entre o Governo do Estado e o Município de UMUARAMA, visando a execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de Convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando as cláusulas do convênio e o termo de re-ratificação temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 179/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 142/75, encaminhando anteprojeto de Lei que visa transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, uma área de terras, com . . . 27.713,00 m2 (vinte e sete mil, setecentos e treze metros quadrados), de propriedade do Estado situada no bairro Atuba, município de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., e da C.T.I.C., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 179/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, uma área de terras, sem benfeitorias, de propriedade do Estado, compreendida pela transcrição número 18206, do Livro 3R, do Cartório de Registro de Imóveis da Quarta Circunscrição da Comarca da Capital do Estado do Paraná, situada no Bairro do Atuba, Município de Curitiba, terreno constituído de campo, com a seguinte descrição: "Da estaca O — P.P. até a estaca 1, limita-se com terras do Governo do Estado do Paraná, numa distância de 257,20m, com rumo 86º 05' NE. Da estaca 1 até a estaca 2, limita-se com a Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, numa distância de 180,00 m, com deflexão de 90º00' à direita. Da estaca 2 até a estaca 3, limita-se com a antiga estrada da Graciosa, numa distância de 20,00 m., com deflexão de 98º46'D. Na mesma confrontação mediu-se: da Estaca 3 até a estaca 4, 38,00m, com deflexão de 23º50'Dir. Da estaca 4 até a estaca 5, 136,00m, com deflexão de 1º50' Dir. Da estaca 5 até a estaca 6, 21,00m., com deflexão de 7º20' dir. Da estaca 6 até a estaca 7, 50,00m., com deflexão de 27º04' Esq. Da estaca 7 até a estaca O—P.P., mediu-se 57,00m., no limite da margem do Rio Atuba (retificado), com a deflexão de 49º25'Dir., onde chegou-se ao início, fechando o perímetro, dando um total de 27.713,00m2, (vinte e sete mil, setecentos e treze metros quadrados).

Art. 2.º — A transferência de que trata o artigo anterior é procedida a título de integralização, por parte do Estado do Paraná, em futuro aumento de capital da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades previstas pela legislação pertinente.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 25 de novembro de 1975.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI 179/75

Originário da Mensagem Governamental 142/75, de 25/11/75, objetiva o presente Projeto de Lei autorizar o Poder Executivo a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, uma área de terras com 27.713,00m2 (vinte e sete mil setecentos e treze metros quadrados), de propriedade do Estado, situada no bairro do Atuba, neste município de Curitiba.

Conforme consta da própria Mensagem do Poder Executivo, a medida visa a oferecer condições para que a Telepar possa ampliar suas instalações no Atuba, concentrando ali outros serviços da maior importância ao bom equacionamento do ritmo de expansão da empresa.

Nada mais justo e oportuno do que se pretende realizar e não vemos nenhum óbice para a normal tramitação deste plano de lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI 179/75

Oriundo de mensagem governamental 142/75, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a transferir à Cia. de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, área de terras que especifica, pertencente ao Estado, localizada nesta Capital.

Sobre a matéria, já pronunciou-se favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Com relação a esta Comissão de Finanças, temos que o projeto atende aos interesses do Estado e pela justificativa apresentada, bem como pelas informações anexas ao processo, nos

convencem da sua oportunidade.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 179/75

O presente projeto, que tem origem em Mensagem do Governador, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transferir à TELEPAR, área de terras especificadas na referida mensagem.

Tendo em vista que a medida consulta os altos interesses públicos, nosso parecer é pela APROVAÇÃO do Projeto.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1976.

(aa) Egon Pudell, Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 35/76, de autoria do Deputado Benedito Lúcio Machado, que transfere ao DER para efeito de conservação, o trecho de estrada de rodagem que liga a estrada de RIBEIRÃO DO PINHAL com a sede do município de ABATIÁ. Parecer favorável da C.C.J., à transformação em requerimento de sugestão e favoráveis ao Projeto da C.F., C.O.P.T.C., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI N.º 35/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a determinar à Secretaria de Transportes, através do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, a responsabilidade de conservação do trecho de estradas que liga a estrada de Ribeirão do Pinhal à sede do município de Abatiá, numa extensão de aproximadamente 20 quilômetros.

Art. 2.º — As despesas decorrentes à aplicação da presente Lei, farão parte do orçamento vigente e futuro.

(a) LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o fatídico trecho de estrada que liga a Estrada de Ribeirão do Pinhal à sede do município de Abatiá, poderia ser considerada a vergonha do Paraná. São apenas vinte quilômetros de estradas, de responsabilidade de ninguém, por incrível que pareça, a referida artéria, não pertence aos proprietários de áreas agrícolas existentes à margem da referida estrada, dela necessita todos os dias de cada ano, para se transportarem e transportar a produção agrícola e pastoril que às margens da referida via se produz na constância dos dias.

O Estado, naturalmente, como organismo dos mais beneficiados em sua própria economia, com a produção ali registrada todos os anos, não fará mais nem menos, que, uma das mais destacadas ações de justiça, tomando para si, através do órgão competente, a conservação daquele pequeno trecho de caminho, visto ser a sua necessidade um fato premente, e que a da Pecuária, pequenos e médios proprietários que abrangem a extensão dos vinte quilômetros de Estradas (sem dono) que liga a Estrada de Ribeirão do Pinhal à sede do Município de Abatiá.

Visto ao exposto, apelo aos senhores Deputados de ambas as bancadas, pela aprovação unânime do presente projeto de Lei, que, naturalmente, haverá de ser sancionado por S. Exa. Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI 35/76

De autoria do Deputado Lúcio Machado, o presente Projeto de Lei 35/76, transfere ao DER para efeito de conservação, o trecho de estrada de rodagem que liga a estrada de Ribeirão do Pinhal, com a sede do município de Abatiá.

A matéria embora deva merecer a atenção desta Casa, é formalmente inconstitucional.

Entendo que, regimentalmente, ela poderia ser transformada em SUGESTÃO ao Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Riberto Soares, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI 35/76

Visa o Projeto de Lei 35/76, autorizar o Poder Executivo a determinar à Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação do trecho de estradas que liga a estrada de Ribeirão do Pinhal à sede do município de Abatiá, em uma extensão de 20km.

Matéria eminentemente autorizatória e de grande valia e utilidade a essa região tão mal assistida de estrada por parte do governo.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Luiz Carlos Zuk, Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI 35/76

O Projeto de Lei 35/76, de autoria do nobre Deputado Lúcio Machado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transferir ao DER para efeitos de conservação e melhoria o trecho de estrada que liga Ribeirão do Pinhal à sede do município de Abatiá, numa extensão de aproximadamente 20kms.

Sobre a matéria, já houve o pronunciamento das doulas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, temos que o projeto se acha plenamente justificado, motivo pelo qual nos manifestamos favorável ao projeto, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) David Federmann, Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Já que existe um parecer contrário que é da Comissão de Constituição e Justiça, que transfere em requerimento o projeto de lei, a título de sugestão, a votação será invertida. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. O SR. GABRIEL MANOEL — Peço a palavra Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está V. Exa. com a palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para encaminhar a votação deste projeto de lei, do nobre Deputado Lúcio Machado, queremos apenas argumentar que esta estrada de rodagem pertinente à região onde fazemos política, onde trabalhamos, onde lutamos sempre e passo a passo, sabemos perfeitamente que este trecho de estrada ainda pertence ao Departamento de Estradas de Rodagem. E esta estrada, Sr. Presidente, está muito bem conservada, onde inclusive estão sendo feitos serviços de terraplenagem em um trecho que liga Ribeirão do Pinhal a Santo Antônio da Platina, conseqüentemente também a São Sebastião da Amoreira. E vemos que houve uma pequena falha, uma pequena falta de consideração do ilustre autor do Projeto. Eu queria apenas pedir vênica, encaminhando a votação,

para que se fizesse apenas uma anotação, quando vemos, um Deputado dizer que é "estrada de ninguém".

Queremos, na justificativa, apenas para elucidar, para conhecimento da Casa, para conhecimento do Paraná e para conhecimento de quem quiser ir vê-la, dizer que as estradas estão sendo rasgadas pelo ilustre Governador Jayme Canet Júnior, e pela sua equipe de trabalho, representada no setor viário pelo ilustre Secretário dos Transportes Osiris Stenghel Guimarães.

Vemos aqui, Sr. Presidente, casos de aberração, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando dizem que a estrada é a vergonha do Paraná. Se vergonha do Paraná, Sr. Presidente, for asfaltar estradas, se vergonha do Paraná for aplicar dinheiro do povo em benefício do próprio povo, se vergonha do Paraná é dar ao nosso Norte Pioneiro a vida asfáltica, então nós fazemos parte desta vergonha.

Queríamos pedir aos Srs. Deputados a rejeição desta Proposição do ilustre Deputado Benedito Lúcio Machado, porque esta estrada já está sendo conservada pelo DER, e são vinte quilômetros de estrada que apesar das chuvas, apesar dos ventos, são conservadas e que podem ser passadas à verificação de quem quer que seja.

Agora, o que não podemos tolerar e é a vergonha do Paraná, são requerimentos como este, quando, inopinadamente, um Deputado vem fazer demagogia aqui. Queríamos, Sr. Presidente, para pararmos com esta demagogia, solicitar a V. Exa. que enviasse àquela estrada, que "é a vergonha do Paraná", uma Comissão para verificar se a vergonha do Paraná é fazer estradas ou é fazer demagogia desta tribuna.

Srs. Deputados, eu solicitaria aos companheiros da Arena e do MDB, que votassem contra essa proposição. Que fôssemos ver, "in loco", a "vergonha do Paraná que é o asfalto e as estradas boas que Canet está dando para nosso Estado e principalmente para o nosso Norte Pioneiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente — ((Sem revisão do rador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o Projeto de Lei 35/76. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. REJEITADO.

Em discussão e votação o requerimento, a proposta da C.C.J., em transformação em sugestão. Os Srs. Deputados que aprovam a proposta, permaneçam como estão. — APROVADO.

A Mesa antes de enviar a sugestão ao Poder Executivo, consultará à Secretaria dos Transportes, para saber se a estrada já é conservada pelo DER. E se assim o for, seria absurdo nós propormos o que já está feito.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 99/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros, que autoriza a SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ, a doar área de terras ao SINDICATO RURAL DE LONDRINA, com sede no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.T.C., por unanimidade. —Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 99/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica a Sociedade Rural do Paraná autorizada a doar ao Sindicato Rural de Londrina, parte do terreno de sua propriedade, adquirido por doação do Estado, conforme escritura pública lavrada no Primeiro Tabelião de Londrina e transcrito sob o número 24.891, no Registro de Imóveis do Primeiro Ofício da Comarca de Londrina, mediante autorização e condições estatuídas na Lei 6262, de 06 de janeiro de 1972.

Art. 2.º — A parte de terras a ser doada pela Sociedade Rural do Paraná, objeto desta autorização legislativa, é restrita e específica a uma área de 7.230,14m² (sete mil, duzentos e trinta vírgula catorze metros quadrados), situando-se

na cabeceira do lote 107-B da Gleba Cambé, com as seguintes confrontações: Principia na BR-369 na divisa do lote 107-A, segue confrontando com esse rumo de NE 33º10SW com 110,78 metros; desse ponto segue confrontando com o remanescente do lote 107-B no rumo SE 64º00NQ, com a distância de 65,51 metros; daí segue confrontando com a chácara A da sub-divisão do lote 107-B, no rumo SW com a distância de 100,00 metros; desse ponto segue confrontando com a BR-369, com rumo NW 64º00SE com a distância de 79,10 metros, até o ponto de partida.

Art. 3.º — O Sindicato Rural de Londrina destinará o imóvel a receber em doação, para construir prédios destinados à sua sede, ambulatório médico com leitos para casos de emergência, farmácia, gabinete dentário e outros, destinados ao atendimento ao trabalhador rural.

§ 1.º — As construções e manutenção dos prédios e serviços mencionados neste artigo poderão ser realizados às suas expensas ou através de convênios, contratos ou concessões, com outras entidades oficiais.

§ 2.º — As condições estabelecidas neste artigo, atinentes à destinação do imóvel a ser doado, deverão constar da respectiva escritura de doação.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

Em 1972 o Governo do Estado do Paraná doou à Sociedade Rural do Paraná uma área de terras com 78.282m² onde se localiza o Parque Governador "Ney Braga".

Referida doação teve por base a Lei 6262, de 06 de janeiro de 1972, a qual condicionava a doação à construção do Parque de Exposição Industrial de Londrina, no fato de que a Sociedade Rural do Paraná vinha efetivamente construindo o Parque de Exposição.

Em virtude das condições impostas na escritura de doação, a Sociedade Rural do Paraná não pode dispor "sponte sua" de parte do imóvel, a não ser mediante nova autorização legislativa, razão do presente projeto de lei.

Como é do conhecimento geral, a população rural regional há muito clama por atendimento mais próximo e eficiente dos órgãos assistenciais ligados ao Poder Público, mais precisamente ao Funrural.

Há, por outro lado, possibilidade concreta de construção e manutenção de dispensários médicos e similares por essa instituição, desde que haja terreno disponível, que lhe seja cedido por entidade classista legítima, ligada ao homem do campo.

E essa entidade, desnecessário dizer, seria o Sindicato Rural de Londrina que, todavia, não dispõe de área suficiente para tão humano e digno empreendimento.

Daí porque a Sociedade Rural do Paraná, mais uma vez, demonstrando seu espírito sempre voltado ao desenvolvimento e ao bem estar do trabalhador rural, houve por bem — como se vê da Ata da Assembléia Extraordinária que se realizou no dia 13.04.76 — desfazer-se de parte de seus legítimos direitos dominiais em favor do Sindicato Rural de Londrina.

Este, por sua vez, sub-rogar-se-á em instrumento próprio, nas obrigações de destinar o imóvel doado para a construção e manutenção de farmácia, gabinete dentário, hospital de emergência, sede própria, etc., tudo dedicado ao trabalhador do campo.

Pelo elevado alcance da medida proposta, estamos seguros de merecer o incondicional apoio dos nobres Pares desta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI 99/76

- 1- O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Dácio Leonel de Quadros, visa autorizar a Sociedade Rural do Paraná a doar área de terras ao Sindicato Rural de Londrina, com a finalidade única de construção, nessa área, de sua sede, ambulatório, etc.
- 2- A área cuja doação se discute fora doada à Sociedade Rural do Paraná pelo Estado do Paraná, com a cláusula restritiva à sua destinação.
- 3- Desde que a donatária, Sociedade Rural do Paraná, conforme Ata anexa, não só concorda, como defende o alto interesse público na doação, que ensinará a construção de Unidade de Assistência Médico Social, como também, por não ferir dispositivos constitucionais, somos pela sua aprovação.

Parecer favorável, pois.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI NÚMERO 99/76.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Dácio Leonel de Quadros, o presente Projeto de Lei número 99/76, tem por objetivo autorizar a Sociedade Rural do Paraná, com sede em Londrina a doar área de terras ao Sindicato Rural de Londrina, para o fim que especifica.

Sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, já houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos a nos manifestar favoravelmente a matéria, tendo em vista que conforme a justificativa que acompanha o processo, da mais louváveis e meritórias, é objeto da presente doação.

Nestas condições, somos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de Outubro de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO PROJETO DE LEI NÚMERO 99/76.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Dácio Leonel de Quadros, objetiva o presente projeto de lei autorizar a Sociedade Rural do Paraná a doar área de terras ao Sindicato Rural de Londrina, com sede no referido município.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já se pronunciaram favoravelmente à matéria.

A justificativa que a acompanha nos convence da sua oportunidade e conveniência, sendo que no âmbito desta Comissão cabe-nos tão somente pronunciamento favorável, já que ensinará a construção de Unidade de Assistência Médico Social, como também por não ferir dispositivos constitucionais.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1976.

(a) Egon Pudell, Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 102/76, de autoria do Deputado Adalberto Daros, que declara de utilidade pública a "MONTEPREVI" - SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 102/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.^o - Fica declarada de utilidade pública a Monteprevi-Sociedade Previdenciária, com sede e foro nesta

Capital.

Art. 2.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de Setembro de 1976.

(a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, caracteriza-se pelos Estatutos que anexamos ao presente, como mútua, de assistência, sem fins lucrativos.

Em pleno funcionamento nesta Capital, há mais de ano, possui as condições para que o Poder Público a reconheça como de utilidade pública.

Com isso apresentamos o presente plano de lei, que temos certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI NÚMERO 102/76.

PARECER

- 1- O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Adalberto Daros, visa declarar de utilidade pública SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA — MONTEPREVI, com sede e foro nesta Capital.
- 2- Examinando a justificativa que acompanha o plano de lei, pudemos constatar que o mesmo encontra-se em perfeita condição de ser apreciado e aprovado nesta Casa de leis, senão vejamos:
 - a) está registrado no Cartório das pessoas jurídicas competente;
 - b) vem funcionando regularmente há mais de 1 (um) ano;
 - c) seus membros de Diretoria não percebem quaisquer remuneração ou auxílio.
- 3- Nestas condições, nosso parecer é favorável ao Projeto em estudo e manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1976.

(a) Ivan Rüppel, Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 110/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 119/76, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva fixar o soldo do Posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de 1.^a classe, e substitui a tabela de escalonamento vertical prevista no Art. 118 da Lei 6417, de 03/07/73. Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.F. por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 110/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - É fixado em Cr\$ 5.200 (cinco mil e duzentos cruzeiros) o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 2.^o - A tabela de escalonamento vertical anexa a esta Lei, substitui a prevista no Art. 118 da Lei 6417, de 3 de julho de 1973.

Art. 3.^o Os atuais alunos da Escola de Formação de Oficiais que, em razão da vigência desta Lei, passarem a fazer jus a vencimentos totais inferiores aos que vinham recebendo, terão direito ao complemento da diferença encontrada.

Parágrafo Único. O complemento de que trata este artigo, decrescerá progressivamente, até sua completa extinção, em razão dos futuros reajustamentos de soldo, promoção ou nas novas condições alcançadas.

Art. 4.^o Os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de 1.^a classe são fixados em Cr\$ 5.200,00 (cinco mil

e duzentos cruzeiros).

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA A QUE TRATA O ARTIGO TERCEIRO.

I — OFICIAIS SUPERIORES:

- a) Coronel PM Índice 1000
- b) Tenente-Coronel PM Índice 913
- c) Major PM Índice 836

II — OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS:

- Capitão PM Índice 720

III — OFICIAIS SUBALTERNOS:

- a) 1.º Tenente PM Índice 579
- b) 2.º Tenente PM Índice 521

IV — PRAÇAS ESPECIAIS:

- a) Aspirante-a-Oficial PM Índice 501
- b) Aluno (último ano) Índice 128
- c) Aluno (demais anos) Índice 77

V — PRAÇAS:

- a) Subtenente PM Índice 501
- b) 1.º Sargento PM Índice 450
- c) 2.º Sargento PM Índice 386
- d) 3.º Sargento PM Índice 348
- e) Cabo PM Índice 250
- f) Soldado PM de 1.ª Classe Índice 220
- g) Soldado PM de 2.ª Classe Índice 150

Curitiba, em 28 de setembro de 1976

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI 110/76

Oriundo da Mensagem Governamental 119/76, de 28 de setembro de 1976, o presente Projeto de Lei 110/76, visa fixar o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de 1.ª Classe, bem como substituir a tabela de escalonamento vertical prevista no artigo 118 da Lei 6417, de 03 de julho de 1973.

Segundo a Mensagem, tal proposição resulta de estudos realizados em consonância com orientação emanada da Inspeção Geral das Polícias Militares — IGPM, órgão do Ministério do Exército competente para o exame de assuntos ligados a organização das Corporações Militares Estaduais.

Constitucionalmente, a competência para a fixação de vencimentos é exclusiva do Chefe do Poder Executivo (Art. 35 da Constituição Estadual).

Da análise do Projeto, temos que tal proposta, vem a se ajustar às alterações do escalonamento vertical previsto no artigo 118 da Lei 6417, de 03 de julho de 1973, com referência aos soldos percebidos pelos integrantes da Polícia Militar do Estado.

Prevê, também, a mensagem a fixação dos vencimentos dos Delegados de Polícia de 1ª Classe, que, em face da tabela de escalonamento vertical, prevista pela Lei Complementar número 3, de 14 de maio de 1974 — (Estatuto da Polícia Civil do Estado), proporcionarão a majoração gradativa de todo pessoal ocupante de cargos do Quadro de Funcionários da Polícia Civil.

Revestida de toda a competência legal e constitucional a matéria está em condições de merecer a aprovação desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1976.

(a) Dácio Leonel, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VOTO EM SEPARADO AO

PROJETO DE LEI NÚMERO 110/76.

Encaminho o anteprojeto de Lei que objetiva fixar o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e os Vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de Primeira Classe e substitui a Tabela de Escalonamento vertical prevista para os artigos que cita.

Este Projeto recebeu parecer favorável do eminente Deputado Dácio Leonel, que está em anexo, e se encontra comigo em razão de ter requerido vista.

Não há como nos ajustarmos a qualquer possibilidade de modificação da Mensagem Governamental.

Efetivamente a Constituição Estadual limita o nosso trabalho, ou mais do que limita, extingue o nosso trabalho.

Somos apenas referendadores da Mensagem enviada pelo Poder Executivo.

Ou aprovamos nas condições que está, ou simplesmente a rejeitamos.

E, por isso, entendo, andou bem o Sr. Relator, quando opina pela sua aprovação.

Apenas quero, devolvendo agora o processo, deixar aqui firmada a minha posição.

Não consigo entender e não me convence o fato de que a Segurança Pública fique entregue a homens com soldo e com vencimentos de satisfazer as mínimas condições e “status” a que eles são obrigados a viver.

Na verdade, o Coronel da Polícia Militar, o maior posto dessa Corporação, passará a perceber, com o aumento proposto, a quantia de cinco mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 5.200,00) mensais, o mesmo ocorrendo com o Delegado de Polícia de Primeira Classe.

E, a partir daí, no escalonamento previsto, diminuindo esse vencimento até se chegar às primeiras categorias e praticamente remuneração à base de salário mínimo.

Não conheço os meandros da filosofia, da orientação e da política palaciana, nem sei das possibilidades do Poder Executivo, não gostaria de me alongar nessas considerações.

Apenas deixarei firmado aqui, lamentavelmente, que a segurança deste Estado é mal remunerada, é mal paga.

Sei, e haverá de se aduzir que sobre essa quantia haverá também de incidir algumas outras vantagens possíveis.

Mas na verdade é que o vencimento é esse, e é verdade que qualquer incidência de gratificação, por maior que seja, acabará não dobrando o vencimento aqui previsto.

Lamento e até me assusta o que está ocorrendo. Sem até mesmo ter que entrar, e não querendo entrar, nas decorrências que isto já vem ocasionando no Corpo de Segurança de nosso Estado.

Voto favorável ante a impossibilidade de qualquer modificação.

Voto favorável com restrições, pedindo que se aduzisse este voto que aqui, agora profiro.

Voto favorável com RESTRIÇÕES.

Sala das Reuniões, em 14 de outubro de 1976.

(a) ENÉAS FARIA.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI NÚMERO 110/76.

PARECER

O presente Projeto de Lei 110/76, oriundo da Mensagem Governamental 119/76, tem por objetivo fixar o soldo do Posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de 1.ª classe, e dá outras providências.

Sobre a constitucionalidade da matéria já houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos que a matéria é pertinente e de competência do Chefe do Poder Executivo.

Analisando-se as razões da mensagem e os fundamentos alegados pelo Senhor Governador do Estado, temos a nos manifestar favoravelmente ao Projeto, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 111/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 121/76, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao orçamento geral do Estado, destinado a despesa com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar — FEPPA. — Pareceres favoráveis da C.C.J., e da C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 111/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) destinado a atender despesas com o FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR — FEPPA, criado pela Lei 6639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO:..... ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO
UNIDADE:..... ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
FUNÇÃO:..... ADMIN.SUPERIOR E PLANEJ.GLOBAL
PROGRAMA:..... ADMINISTRAÇÃO
SUBPROGRAMA:..... ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATIVIDADE:.. ATENDIMENTO A PROJ.E ATIV.ESPECIAIS
DOTAÇÃO:..... 4801.03070212.70

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.1.0 — SUBVENÇÕES SOCIAIS

Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar
..... Cr\$ 3.000.000,00

Art. 2.^o — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei 6640, de 04 de dezembro de 1974 — Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1975.

Art. 3.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 28 de setembro de 1976.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 111/76

PARECER

A Mensagem de número 121/76, do Poder Executivo solicita a abertura de crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado a despesa com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar — FEPPA.

Do ponto de vista constitucional e legal o anteprojeto ora apreciado está em condições de merecer a aprovação desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI NÚMERO 111/76.

PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental número 121/76, o Projeto de Lei número 111/76, tem por objetivo a abertura de um crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar — FEPPA, criado pela Lei 6639 de 29/11/74, na forma que especifica.

Sobre a constitucionalidade da matéria já houve o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Com relação a esta Comissão, temos que a previsão que antevê, o projeto está consubstanciada em disposições da Lei Federal 4320 de 14/03/74 e se enquadra dentro das normas financeiras.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 113/76, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA “SÃO SEBASTIÃO”, com sede na cidade de CLEVELÂNDIA. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 113/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA “SÃO SEBASTIÃO”, com sede e foro na cidade de Clevelândia.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância “SÃO SEBASTIÃO” fundada em 25 de fevereiro de 1969, tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e a infância em geral, velando pela saúde e bem estar e as necessidades da criança e da gestante.

Pelos inclusos Estatutos da Associação, e pelos atestados das autoridades competentes, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade.

Do exposto, considerando que a aludida Associação preenche todos os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública, é que ofereço o presente projeto de lei à consideração de meus pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 113/76

PARECER

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, o Projeto de Lei número 113/76, tem por finalidade declarar de utilidade pública, a Associação de Proteção à Infância “SÃO SEBASTIÃO”, com sede em Clevelândia.

Analisando-se a justificativa e a documentação que o acompanha, temos que a matéria se acha legalmente revestida de essenciais previstos na legislação Federal e Estadual, reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

Enéas Faria — Relator

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Heitor Subtil, ocorrido nesta Capital.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da publicação da assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Londrina, no jornal "FOLHA DE LONDRINA", sob o título "TRANSPORTE COLETIVO: RICHIA CONVIDA HOSKEN PARA PRESIDIR A CONCORRÊNCIA".

Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, sexta-feira, às 10,00 horas, com a ORDEM DO DIA, já anunciada anterior-

mente.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA:

PORTARIA Nº 568/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9233, de 18 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário RUBENS PADILHA MENDES, matrícula número 016, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para participar do Xº CONGRESSO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL, organizado pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná, a realizar-se nesta Capital no período compreendido entre 20 de outubro a 03 de novembro do corrente ano de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral